

GARANTIA DE DIREITOS E PROTEÇÃO SOCIAL: EXPERIÊNCIA DA PSICOLOGIA JURÍDICA NO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

ISAAC FELIPE DA SILVA

Discente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).

E-mail: isaac15fs@gmail.com

LEONARDO ARAÚJO LIMA

Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA).

E-mail: leonardolima@unicatolicaquixada.edu.br

RESUMO

O relato de experiência que apresento está vinculado às práticas de Estágio Profissionalizante em Psicologia Jurídica no âmbito do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), sediado no Centro Universitário Católica de Quixadá, interligado à Coordenação do curso de Direito, tendo parceria com os seguintes Órgãos Públicos do Ceará: Assembleia Legislativa, Defensoria Pública, Ministério Público e o Tribunal de Justiça do Estado. Trata-se de uma instituição/serviço que realiza orientações jurídicas, audiências extrajudiciais, como também ações ajuizadas à pessoas que não dispõem de meios de para contratação de advogado na esfera privada. Durante o semestre de 2023.1 as atividades de estágio se voltaram para realização de mediação de conflito, acompanhamento de audiências de conciliação, escuta qualificada e individual de pessoas em crise emocional, período de formação em Círculos de Construção de Paz e realização de sala de espera com a população assistida. Em quatro meses de atividades obteve-se como resultados quantitativamente aproximados em torno de 17 acompanhamentos de audiências de conciliação, cujas demandas variaram entre divórcio, partilha de bens, guarda e alimentos de menores de idade. As ações de estágio profissionalizante favorecem o aprendizado das práticas psicológicas pelos motivos de ampliar a atuação e o papel do estagiário da Psicologia Jurídica, contribuindo para a elaboração de intervenção concretas em situações de conflito e vulnerabilidade social dos(as) assistidos(as) atendidos pela instituição e ainda possibilita a articulação interdisciplinar entre a Psicologia e o Direito. Em campo, é possível identificar a importância do olhar subjetivo sobre as diferentes realidades sociais da comunidade beneficiada, o que facilita as estratégias de comunicação para além dos procedimentos judiciais realizados em equipe interdisciplinar.

Palavras-chave: Psicologia jurídica. Mediação. Proteção social.